



Por unanimidade, associados aprovam em AGO as contas do exercício de 2009

Os números não mentem. A COOPSEF obteve, no ano passado, o melhor resultado de sua história. As Sobras brutas superaram R\$ 7 milhões. Reunidos em Assembléia Geral Ordinária no dia 1º de fevereiro, os associados aprovaram a Demonstração de Resultados e as demais contas do exercício de 2009. A distribuição do valor líquido das Sobras, da ordem de R\$ 5,8 milhões, também foi decidida na AGO. Esses recursos poderão permanecer no Capital ou serem recebidos em espécie pelos associados. *Você tem nas páginas 3, 4 e 5 mais informações importantes sobre o resultado de sua Cooperativa.*

Nossa COOPSEF completa em novembro 30 anos de fundação. A Diretoria Executiva planeja promover sorteio ou oferecer um brinde para o associado. Acesse o site www.coopsef.com.br e participe da enquete.

5

COOPERADOS TRANSFEREM

dívidas de outros bancos para a COOPSEF, onde pagam uma taxa de juro menor

6

ATENÇÃO PARA O PRAZO

de validade de seu cartão SICOObcard. Ele pode estar vencendo agora em março

Construindo uma grande Cooperativa para continuar gerando benefícios para todos

Dilson José de Resende é Diretor Presidente da COOPSEF (Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais)

Ao encerrar o exercício de 2009 e ver consolidado o melhor resultado da história da nossa COOPSEF, meu coração bateu mais forte, tomado por uma alegria muito grande. Se no início do ano passado tínhamos algumas dúvidas sobre o comportamento do mercado, em razão da crise econômica e financeira internacional, chegamos ao final do exercício certos de que a força do cooperativismo nos ajudou a vencer desafios. E os números estão para comprovar e manter a esperança de que em 2010, quando a COOPSEF completa 30 anos, teremos ainda mais motivos para comemorar.

Acometido de uma pequena enfermidade, não pude estar presente à Assembléia Geral Ordinária no início de fevereiro, mas fui informado sobre o andamento dos trabalhos e da aprovação, por unanimidade, das contas do exercício de 2009. Mais um motivo para meu coração se encher de alegria, pois a aprovação das contas é uma prova da confiança dos associados nos dirigentes e funcionários da Cooperativa.

É nestes momentos que sinto que estamos no caminho certo. Abraçamos o cooperativismo e con-

tinuamos acreditando que ele é o sistema capaz de distribuir renda e benefícios para todos nós. Nestes quase 30 anos, temos nos ajudado mutuamente e estamos construindo uma Cooperativa cada vez mais forte.

E por falar em construção, valho-me de uma fábula para ilustrar o quanto é importante cada um de nós continuarmos fazendo a sua parte, pensando em algo maior.

"Certo dia, passava um homem pela frente de um grande canteiro de obras cheio de andaimes, ferragens e madeiras. Ficou surpreso com o tamanho da obra e curioso para saber o que estaria sendo construído ali. Notou que logo próximo da calçada havia um operário trabalhando. Calmamente, com sua enxada, ele misturava areia e cimento. O homem, então, perguntou: "O que você está fazendo?" E este, distraído, respondeu: "Estou preparando argamassa."

Passado algum tempo, o mesmo homem, estando novamente por aquele lugar, encontrou um outro operário também misturando areia e cimento. Tornou a fazer a mesma pergunta para ver se, desta vez, descobriria que obra era aquela; e a resposta

foi: "Eu estou levantando uma parede."

Num outro dia, o homem, de volta ao mesmo local, encontrou um terceiro operário que, como os outros, misturava areia e cimento. E como das outras vezes, também perguntou: "O que você está fazendo?". O operário, então, parou, olhou para o homem e com muito orgulho respondeu: "Eu estou construindo uma Catedral."

Não tenho dúvidas de que nos mantendo juntos, concentrando nossas operações e usando os serviços e produtos oferecidos pela COOPSEF, estaremos mais que preparando argamassa e levantando parede. Estaremos construindo uma grande Cooperativa.



"Reunir-se é um começo. Manter-se unido é um progresso. Trabalhar unido é um sucesso".

(Henry Ford, fundador da indústria automotiva)

Informativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda.
Av. Brasil, 1660 • PABX: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724 • www.coopsef.com.br • coopsef@coopsef.com.br

Ouvidoria - 0800 283 4086

Conselho de Administração: Efetivo - Álvaro César Cunha, Antônio de Ávila Silva, Celmar Silveira, Dilson José de Resende, João Feliciano Nunes, Mauro Ernani Nascimento e Rita da Penha Ventorim Glória Leal

Suplentes - Geraldo Magela Cota e Oscar Dias da Silva

Diretoria Executiva: Dilson José de Resende (diretor presidente), Álvaro César Cunha (diretor administrativo), Antônio de Ávila e Silva (diretor financeiro)

Conselho Fiscal: Efetivo - Aridelço de Souza Peixoto, Geber Soares de Oliveira e Múcio Batista de Souza

Suplentes - Célio Marcos Pontes de Albuquerque, José Luiz Martins de Oliveira e Nelson Rodrigues da Silva

Jornalista Responsável: Álvaro César Cunha - MG02183JP

Diagramação, composição e arte: Rosane Mandacaru (31) 8784.9487 • Tiragem: 8.000 exemplares • Circulação: Distribuição Gratuita



Associados comemoram resultado de 2009

Durante Assembléia Geral, Diretoria Executiva apresenta as contas do exercício, que são aprovadas pelos participantes

Foi realizada no dia 1º de fevereiro, no auditório do prédio-sede da COOPSEF, a Assembléia Geral Ordinária (AGO), depois de cumpridas todas as disposições legais, com publicação e ampla divulgação do Edital de Convocação. Acometido de uma pequena enfermidade, o diretor-presidente Dílson José de Resende não pode participar, sendo substituído, conforme previsto no Estatuto, pelo diretor-administrativo Álvaro César Cunha no comando da mesa diretora dos trabalhos.

Cumprindo o primeiro item do Edital, 65 cooperados presentes elegeram, por unanimidade, os novos membros do Conselho Fiscal 2010/2011 e aprovaram a Demonstração de Resultados e as demais contas do exercício de 2009, definindo ainda a forma de destinação

das Sobras, cujo valor líquido superou R\$ 5,8 milhões, o melhor resultado da história da nossa Cooperativa.

Foi colocado à disposição dos associados um farto material contendo cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2009, notas explicativas às demonstrações contábeis, Edital de Convocação e outros. A AGO transcorreu num clima de muita responsabilidade e participação dos associados, sendo os itens cumpridos pela ordem disposta no Edital.

Além do diretor-administrativo Álvaro Cunha, presidente da mesa diretora, fizeram parte o diretor-financeiro Antônio de Ávila e Silva, o coordenador do Conselho Fiscal, Geber Soares de Oliveira, e Raimundo Sérgio Campos, representante da Central das Cooperativas de Crédito (Sicoob/Cecremge).



Novo Conselho Fiscal é eleito

Num ambiente de bastante expectativa, a pauta foi cumprida conforme disposta no Edital. O presidente da mesa diretora anunciou que houve a inscrição de uma única chapa para o Conselho Fiscal. Sendo assim, foi proposta a eleição por aclamação, que, aprovada por unanimidade, elegeu como membros efetivos Célio Marcos Pontes de Albuquerque, Geber Soares de Oliveira e Nelson Gomes de Souza, e para suplentes, Ângela Maria Barbosa, Ilton de Oliveira Chaves e Joaquim Borges de Aquino. Foi comunicado também que os eleitos para o Conselho Fiscal terão seus nomes submetidos ao Banco Central do Brasil e assim que forem

homologados serão empossados.

O diretor-financeiro Antônio de Ávila deu prosseguimento à AGO, fazendo a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2009, tendo o cuidado de explicar em detalhes cada um dos números. Ele destacou que a Cooperativa continua enfrentando séria concorrência dos bancos comerciais, mas mesmo assim seu desempenho avança de forma bastante positiva. "Encerramos 2009 com o melhor resultado da história da nossa Cooperativa e com a participação e confiança dos associados, vamos repetir este feito em 2010" – destacou o diretor-financeiro.

Decidida a distribuição das Sobras

Das Sobras brutas apuradas no ano de 2009, no valor de R\$ 7.007.604,60 (sete milhões e sete mil e seiscentos e quatro reais e sessenta centavos), foram destinados, conforme determina a legislação vigente, 10% (dez por cento) para o Fundo de Reserva, no valor de R\$ 700.760,46 (setecentos mil e setecentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos); 5% (cinco por cento) para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social), no valor de R\$ 350.380,23 (trezentos e cinquenta mil e trezentos e oitenta reais e vinte e três centavos); o valor de R\$ 153.265,29 (cento e cinquenta e três mil e duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), decorrentes de atos não cooperativos, foi transferido integralmente para o FATES, e o valor de R\$ 350.380,23 (trezen-

tos e cinquenta mil e trezentos e oitenta reais e vinte e três centavos) para o Fundo Especial.

Deduzidos esses valores em cumprimento a dispositivos legais, as Sobras líquidas somaram R\$ 5.452.818,39 (cinco milhões e quatrocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos). Antes de submeter à apreciação e votação dos associados presentes, o diretor financeiro comentou sobre a posição dos membros do Conselho de Administração, no tocante à manutenção dos recursos na Cooperativa. Ele lembrou que foi a decisão de manter os recursos que permitiu à COOPSEF consolidar seu Capital Social e adquirir uma situação financeira adequada para atender as demandas de seus associados.



É possível receber em espécie

Colocada em votação, os cooperados decidiram que o valor das Sobras líquidas poderá permanecer no Capital ou ser recebido em espécie. Para receber, o interessado deverá se manifestar por escrito até o dia 30 de abril de 2010, utilizando-se de formulário próprio a ser disponibilizado pela COOPSEF em seu site ou na sede e nas representações regionais. Com a decisão, o diretor financeiro antecipou que o crédito será feito em conta corrente do associado até o dia 31 de maio deste ano.

A Assembléia decidiu ainda, acompanhando proposta do Conselho de Administração, que os associados que não estiverem cumprindo suas obrigações com a COOPSEF não farão jus ao recebimento das Sobras, uma vez que não contribuíram para a sua formação, e delegou ao Conselho competência para dirimir os eventuais questionamentos, como ocorreu no ano passado.

Para evitar dúvidas, o diretor financeiro destacou que o associado não pode se esquecer que tem prazo até 30 de abril para requerer, por escrito, o recebimento



de suas Sobras em espécie, tendo o cuidado de ler com atenção as exigências descritas no formulário. No ano passado, recordou Antônio de Ávila, mais de 60% dos associados decidiram não sacar e mantiveram os recursos no Capital, com rendimentos.

Por unanimidade, a Assembléia aprovou ainda a delegação para que o Conselho de Administração faça a aplicação dos recursos do FATES, direcionando-os para o desenvolvimento da COOPSEF, de seus associados e funcionários, conforme previsto na Lei, no Estatuto e no Regimento Interno da nossa Cooperativa.

Homologação - No fechamento da edição deste *Jornal da COOPSEF*, a Diretoria Executiva foi informada oficialmente pelo Banco Central do Brasil sobre a homologação dos nomes de todos cooperados que compõem o novo Conselho Fiscal da Cooperativa. A posse deve acontecer ainda neste mês de março.

Dívidas são compradas pela COOPSEF

Os associados que decidiram concentrar suas dívidas na COOPSEF estão pagando juro menor e ainda se beneficiando com o retorno de parte das Sobras do exercício 2009. E a Cooperativa continua comprando os débitos de seus associados existentes em bancos e instituições financeiras. O processo é simples, rápido e desburocratizado.

Se você tem dívida em outro banco, não perca tempo. Procure a COOPSEF e ficará sabendo quais são as vantagens de se ter a dívida concentrada na Cooperativa. Além do controle se tornar mais fácil, o associado administra melhor o valor devido, com juro que pesa menos no seu bolso.

Se o banco ou a instituição financeira cria dificuldades para você quitar seus débitos e transferir sua dívida para a COOPSEF, reclame. Ligue para o Banco Central no telefone 0800 979 2345. Você tem direito de pagar juro baixo na sua Cooperativa.

Um levantamento feito junto aos maiores bancos comerciais apurou que a taxa média de juros para empréstimo pessoal está em 5,17% ao mês. Na COOPSEF, a taxa varia de 1,77% a 2,3%. No caso do Cheque Especial, a taxa média está em 8,79%. Na COOPSEF, você paga 2,9%. Por que continuar pagando juros mais altos em outros bancos se você tem juro menor na sua Cooperativa?

Prazo de validade do cartão de débito SICOOBcard



Os associados que têm o cartão de débito SICOOBcard precisam verificar o prazo de sua validade. Diversos cartões têm seu prazo de validade vencendo em março/2010 e muitos outros nos meses seguintes. Confira o prazo de seu cartão. Os novos cartões, com vencimento em março, já estão à disposição dos interessados na sede da COOPSEF e também nas representações regionais no interior.

O cartão de débito é um excelente instrumento para os associados. Com ele, é possível, com segurança e rapidez, movimentar a conta corrente nos caixas e nos terminais de Autoatendimento da COOPSEF, fazer consultas de saldo, obter extratos, pagar contas. Seu uso, além de mais prático, gera economia para a Cooperativa, o que, conseqüentemente, resulta em benefício para o associado.

Você adianta o 13º salário pagando menos

É bastante significativo o número de cooperados que, depois de conhecerem as taxas de juros praticadas por outros bancos, decidiu adiantar na COOPSEF o seu 13º salário, relativo a 2010. Além do juro menor, os associados estão cientes de que parte do que for pago ainda retornará no final do exercício com a distribuição das Sobras.

Desde o início de janeiro, a Cooperativa está disponibilizando este tipo de empréstimo, como forma de evitar que seus associados recorram à outra instituição financeira, onde o juro comprovadamente é mais elevado. Os adiantamentos solicitados até junho

terão taxa de 1,85%, relativo à faixa entre seis e 12 meses. A partir de julho, a taxa cai para 1,77%, relativo ao período de até seis meses de empréstimo.

Consulte a COOPSEF antes de se dirigir a qualquer outro banco. Peça uma simulação. Na Cooperativa, você paga mais barato e o processo é fácil e rápido.

Para antecipar o 13º salário, o associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Por determinação do Banco Central, a liberação estará sujeita à análise de crédito.



Já pegou sua Agenda COOPSEF 2010?

Continua à disposição dos associados, tanto na sede da Cooperativa, na avenida Brasil, 1660, em Belo Horizonte, quanto nas representações regionais do interior, a Agenda 2010 da COOPSEF e mais uma caneta. Muitos associados já foram buscar esse brinde tradicional da Cooperativa. A agenda pode ser um instrumento bastante útil no dia-a-dia do cooperado.

- Resultados positivos da COOPSEF revertem em prêmios para seus associados



Moto é entregue a associado

“Quando recebi o telefonema do superintendente da Cooperativa, informando que eu havia ganhado a moto, pensei que fosse uma brincadeira. Agora vejo que é real e estou muito feliz” - disse o associado Roberto da Costa e Silva ao receber a motocicleta Honda CG Titan 150 cc ES, Mix 09/09, sorteada no dia 21 de dezembro entre todos os associados da COOPSEF.

As chaves da moto foram entregue ao feliz associado pelos diretores Antônio de Ávila e Álvaro Cunha. Agradecendo, disse que a iniciativa de promover

sorteios é muito motivadora, mas o mais importante é o trabalho que a COOPSEF desenvolve para oferecer a seus associados os melhores produtos e serviços financeiros e encerrar o exercício com resultados positivos, que são revertidos para os próprios cooperados.

Conforme estabelecido em circular, o ganhador se responsabilizou por todas as despesas inerentes à regularização da motocicleta, como emplacamento, IPVA, seguro, taxas e outros.



COOPSEF tem espaço em matéria jornalística

Para mostrar a força e as vantagens do cooperativismo, o jornal “Hoje Em Dia” fez uma ampla matéria, publicada na sua edição do dia 17 de janeiro. A jornalista responsável pela matéria esteve na COOPSEF e entrevistou o nosso companheiro associado Francisco Lourenço Dias, que contou sobre sua experiência com a Cooperativa, e o diretor financeiro Antônio de Ávila e Silva, que aborda a vantagem da taxa de juro na COOPSEF em relação a praticada no mercado. A matéria foi lida e comentada por muitos associados. Aproveitamos para fazer aqui um registro desse espaço que foi tão bem ocupado pela nossa Cooperativa.

Cheque Especial fora do limite será devolvido

Cumprindo determinação da Diretoria Colegiada do Sicoob Brasil, a COOPSEF, desde o dia 01 de fevereiro, está devolvendo os cheques especiais que ultrapassam o limite acordado em contrato, somando-se a esse limite a previsão de juros do mês. Em seu extrato de conta corrente, o associado consegue saber qual é o valor do juro que lhe será debitado e deve provisionar recursos até o último dia útil de cada mês para evitar transtornos pela devolução do cheque.

A decisão alcança todas as cooperativas de crédito que usam o sistema Sisbr/Sicoob em suas operações de crédito. Esta medida também é necessária, porque, de acordo com determinação do Sicoob Brasil, os valores acima do limite autorizado entram em AD (Adiantamento a Depositantes) e serão enquadrados na Circular nº 2882/09, do Banco Central do Brasil, classificando e arrastando o débito total das operações de crédito do cooperado para o nível "H", ou seja, prejuízo.

Assim, todos os correntistas da COOPSEF devem acompanhar com mais freqüência o saldo de sua conta corrente na Cooperativa e evitar qualquer tipo de transação financeira com cheque sem que haja provisionamento de saldo para cobertura dentro do limite acordado em contrato.

Não entre em AD. Evite devolução de cheques. Provisione recursos na sua conta corrente antes de terminar o mês em curso.

Você sabia que por meio da internet no site www.coopsef.com.br os associados correntistas podem consultar saldos, extratos, fazer transferências e imprimir formulários para solicitar empréstimos?

Cuidados para evitar fraudes



Tomar alguns cuidados é fundamental para se evitar fraudes freqüentes no uso dos serviços oferecidos por uma instituição financeira. Para garantir a segurança dos associados, principalmente dos que usam regularmente seus serviços, a COOPSEF adota há anos uma série de medidas. Agora, para cumprir a Lei 18.308/2009, a Cooperativa amplia a divulgação de fraudes comuns, recomendando aos cooperados que acessem o site www.coopsef.com.br, onde poderá obter informações detalhadas a respeito e se precaver.

Em "Segurança – Alerta a fraudes", o associado encontrará diversas orientações úteis para evitar ações de fraudadores. O associado conhecerá procedimentos a ser adotados no Atendimento no PAC; Terminal de Autoatendimento (ATM); Internet; Uso de cheques; Cartão de débito; Cartão magnético; e Prevenção à lavagem de dinheiro.

Como a lista de procedimento é extensa, a Cooperativa não irá reproduzi-la neste jornal e, sim, disponibilizá-la no site www.coopsef.com.br, recomendando a leitura para todos os associados.

Você sabia que os associados têm conta corrente sobre a qual não é cobrada nenhuma tarifa de manutenção?

Convênios para associados

Os convênios firmados pela COOPSEF com empresas e profissionais de várias áreas têm por finalidade criar opções de benefícios diferenciados para os associados, além dos já existentes pela prestação de serviços e produtos. No novo site www.coopsef.com, o associado encontra vários tipos de convênios. A lista passa por ajustes para ficar mais atualizada.

Oniodonto-JF

Os associados da COOPSEF na Regional de Juiz de Fora têm a sua disposição planos odontológicos da Uniodonto. Os descontos pela prestação de serviços variam de acordo com o plano que o associado contratar. Sediada na rua Oscar Vidal, 373, no centro de Juiz de Fora, a Uniodonto-JF já tem vários associados como seus clientes. Procure mais informações pelo telefone (32) 3215.0706, de segunda à sexta-feira das 8 às 18h30m, ou pelo site www.uniodontojf.com.br.

Psicóloga

Dentre vários trabalhos acadêmicos, a psicóloga Roberta Roberti desenvolveu "Reflexões sobre a auto-estima e o papel do psicólogo comportamental diante do mundo globalizado e das transformações da família". Formada, ela agora firma convênio para prestar atendimento clínico em psicologia para os associados da COOPSEF. Filha da associada Marli Sicoreli, Roberta Roberti concede desconto de até

50% para pagamento à vista por seus serviços e atende na rua Timbiras, 1940, em Belo Horizonte. Telefone para contato: (31) 9848.4193.

Personal trainer

Em Divinópolis, os associados que estiverem precisando de personal trainer e class pilates, podem recorrer à Life Núcleo de Saúde. A responsável pelo convênio com a nossa Cooperativa é Liliâne Josélia Leite, que por ser contatada pelo telefone (37) 3221.8424, na rua São Paulo, 1406. O desconto a ser oferecido depende de algumas variáveis. Vale um contato para conhecer detalhes.

Psicoterapia

Em Varginha, a psicoterapeuta Sônia Maria da Cruz já presta serviços aos associados da nossa Cooperativa. Os interessados podem ligar para (35) 3222.3058 e falar com Sônia. Ela, que atende na rua Alberto Cahe, 88 sala 203, concede desconto de até 50% sobre os serviços prestados. Vale conferir.

Floricultura

Os associados da nossa Cooperativa em Belo Horizonte e que desejarem adquirir arranjos florais, vasos, cestas de café da manhã, coroas ou de ornamentação de festas e eventos, podem procurar a Floricultura Cristal Ltda. Sediada na rua Oscar Trompowski, 686 loja 2, Gutierrez, concede descontos de 10% nas venda à vista. A responsável é Grace Kelly Perácio Potti.

Você sabia que sendo correntista pode pagar as contas mensais de telefone, energia e água por meio de débito automático?

Oportunidade para participar

Em recente ato de posse de novos Técnicos Fazendários (TFaz), esses servidores fazendários tiveram a oportunidade de conhecer também um pouco da atuação da Área Social da Secretaria de Fazenda. A exposição foi feita pela assistente social da SRH e membro do Conselho de Administração da COOPSEF, Rita da Penha Vantorim Glória Leal. Ela aproveitou a oportunidade e prestou diversas informações sobre a nossa Cooperativa, procurando motivar os novos servidores a se tornarem associados e a participarem da "família COOPSEF".





O Sescop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) editou a Cartilha “Cuide-se Bem”, integrante da Campanha “Cooperativa Saudável”. Em apoio a esta iniciativa reproduzimos aqui parte de um de seus capítulos. Leia com atenção. A COOPSEF faz questão de alertar seus associados sobre a necessidade de cuidados com a saúde.

Dependência química (alcoolismo e tabaco)

A dependência química causa doenças e interfere no poder de decisão das pessoas. Portanto, evite o tabaco e o álcool, que são drogas. Apesar do consumo do álcool, muitas vezes, ser considerado social, seu uso excessivo pode trazer graves conseqüências, tanto orgânicas como psicológicas e sociais. No trabalho, o álcool é responsável por alto índice de faltas, baixo rendimento e perda de emprego.

A observância às regras, leis e determinações que regulam os limites e deveres de cada um, dentro da sociedade, também são fatores que influem no estilo de vida. Quando cumpridos podem evitar acidentes, elevando, assim, a expectativa de vida.

É importante conhecer padrões dos indicadores de obesidade, glicemia e de gorduras (excesso de massa corpórea, pressão sanguínea e nível de colesterol), pois as pessoas que estão fora dos padrões aceitos deverão passar por uma consulta médica.

Você sabia?

Que os principais motivos que levam os adolescentes ao consumo de drogas são: curiosidade, atitudes familiares favoráveis (uso de muita medicação, pais que bebem ou fumam), fácil acesso às drogas, dificuldades de se relacionar em casa, na escola, nos meios sociais, falta de limites e influência do grupo social?

Uma Cooperativa



sustentável

Muito falada atualmente, a sustentabilidade nem sempre é bem entendida e menos ainda aplicada de forma correta. É um erro pensar que a sustentabilidade só se aplica às grandes corporações, que, em função de seu poder econômico, conseguem dar mais visibilidade às ações que alcançam seus donos, clientes, funcionários e a comunidade onde atua. Tanto uma grande quanto uma pequena corporação são sustentáveis quando consegue cumprir seus objetivos, dando retorno a seus associados, clientes e funcionários.

Isso se aplica também à área cooperativista. Sem visar o lucro, que é o objetivo principal de uma empresa comercial, uma Cooperativa deve se considerar sustentável quando gera Sobras para seus associados no final de um exercício, como acontece com a nossa COOPSEF. E, dessa forma, gera benefícios também para seus funcionários e para aqueles que direta ou indiretamente participam de

suas atividades.

No aspecto da sustentabilidade econômica, a COOPSEF consegue gerar Sobras, oferecendo serviços e produtos adequados, com baixa taxa de juro nos empréstimos e boa remuneração para os recursos aplicados por seus associados. No aspecto de sustentabilidade social, seus funcionários têm tratamento digno, plano de cargos, salários e condições adequadas de trabalho e contrata os trabalhadores mirins da Assprom, para os quais também oferece alimentação.

No aspecto da sustentabilidade ambiental, a nossa Cooperativa cuida da reciclagem de seu lixo, fazendo a coleta seletiva, adota torneiras com sensores nas pias e nos mictórios para economizar água e conta com piso frio que exige menos água para sua limpeza. Todas essas ações dão sustentabilidade à nossa COOPSEF, mantém seu crescimento e possibilita a geração de resultados positivos para seus associados.

Anuário do Cooperativismo Mineiro

A crise financeira que marcou 2009 trouxe dificuldades de toda ordem. Mais uma vez o cooperativismo deu provas de que é um sistema que tem condições de superar obstáculos. No lançamento da nova edição do Anuário do Cooperativismo Mineiro, o Sistema Ocemg/Sescoop-MG, reconhece que o ano foi difícil, mas que o segmento comemora a estabilidade das cooperativas nos aspectos econômico e social. Em Minas, a movimentação foi de R\$ 16 bilhões, o que representa 6,3% do PIB estadual, com mais de 900 mil associados e 26 mil empregados.

O Anuário traz uma série de informações econômicas

e sociais do cooperativismo no Brasil e em Minas Gerais, com dados sobre os tributos recolhidos pelo setor, exportações e outros. Em âmbito nacional, existem 7.639 cooperativas distribuídas em todos os estados, com mais de 7,6 milhões de cooperados. A maioria das cooperativas está concentrada nas regiões Sul e Sudeste, sendo que pouco mais de 10% do total no País estão em Minas Gerais. No Brasil, os ramos que mais se destacaram foram o agropecuário, crédito, saúde e consumo, que juntos detêm 85% do número de associados e 90% dos empregados das cooperativas brasileiras.

Balancetes

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (NOVEMBRO DE 2009)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	100.564.381,09	PASSIVO CIRCULANTE	67.201.819,89
DISPONIBILIDADES	919.488,61	DEPÓSITOS	54.502.577,11
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	823.142,37	Depósitos à vista	1.603.439,53
Carteira Própria	823.142,37	Depósitos a prazo	52.892.781,94
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	37.146.957,44	Outros Depósitos	6.355,64
Central Financeira - COOPERAT	37.146.957,44	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	Recursos em Trânsito de Terceiros	-
Numerário em Trânsito	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.699.242,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	57.982.482,04	Cobrança e Arrecad. Tributos	2.192,79
Operações de Crédito	58.550.272,03	Sociais e Estatutárias	8.831.758,57
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(567.789,99)	Fiscais e Previdenciárias	74.809,55
OUTROS CRÉDITOS	3.664.146,58	Diversas	3.790.481,87
OUTROS VALORES E BENS	28.164,05	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.020.417,28
PERMANENTE	5.657.856,08	Capital de Domiciliados no País	27.473.230,27
INVESTIMENTOS	2.564.570,03	Reservas de Lucros	5.133.246,77
Partic. Colig. e Control. no País	2.564.570,03	Sobras ou Perdas Acumuladas	3.099.653,96
IMOBILIZADO DE USO	3.073.235,36	Receitas	7.917.575,75
Imóveis de Uso	3.687.372,06	(Despesas)	(4.603.289,47)
Outras Imobilizações de Uso	2.364.837,84	TOTAL DO PASSIVO	106.222.237,17
(Depreciações Acumuladas)	(2.978.974,54)		
INTANGÍVEL	20.050,69		
Sistema de Processamento de Dados	119.027,42		
(Amortização Acumulada)	(98.976,73)		
TOTAL DO ATIVO	106.222.237,17		

Belo Horizonte, 30 de novembro de 2009.
 Dilson José de Resende - Diretor Presidente
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 José Francisco Coelho - CRC - 23.654 MG

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2009)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	101.983.397,24	PASSIVO CIRCULANTE	67.977.419,30
DISPONIBILIDADES	1.098.113,50	DEPÓSITOS	55.336.878,44
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	825.043,99	Depósitos à vista	1.684.493,17
Carteira Própria	825.043,99	Depósitos a prazo	53.646.692,91
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	41.780.361,05	Outros Depósitos	5.692,36
Central Financeira - COOPERAT	41.780.361,05	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	Recursos em Trânsito de Terceiros	-
Numerário em Trânsito	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	12.640.540,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	54.476.222,26	Cobrança e Arrecad. Tributos	1.923,42
Operações de Crédito	55.030.986,58	Sociais e Estatutárias	8.764.231,97
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(554.764,32)	Fiscais e Previdenciárias	167.375,87
OUTROS CRÉDITOS	3.802.272,52	Diversas	3.707.009,60
OUTROS VALORES E BENS	1.383,92	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.635.756,24
PERMANENTE	5.629.778,30	Capital de Domiciliados no País	27.494.904,87
INVESTIMENTOS	2.564.570,03	Reservas de Lucros	5.133.246,77
Partic. Colig. e Control. no País	2.564.570,03	Sobras ou Perdas Acumuladas	3.099.653,96
IMOBILIZADO DE USO	3.045.986,91	Receitas	9.564.463,22
Imóveis de Uso	3.687.372,06	(Despesas)	(5.656.512,58)
Outras Imobilizações de Uso	2.364.837,84	TOTAL DO PASSIVO	107.613.175,54
(Depreciações Acumuladas)	(3.006.222,99)		
INTANGÍVEL	19.221,36		
Sistema de Processamento de Dados	119.027,42		
(Amortização Acumulada)	(99.806,06)		
TOTAL DO ATIVO	107.613.175,54		

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2009.
 Dilson José de Resende - Diretor Presidente
 Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro
 Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo
 José Francisco Coelho - CRC - 23.654 MG

Balço e Balancete

BALANÇO PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (DEZEMBRO DE 2009)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	101.983.397,24	PASSIVO CIRCULANTE	68.481.064,82
DISPONIBILIDADES	1.098.113,50	DEPÓSITOS	55.336.878,44
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	825.043,99	Depósitos à vista	1.684.493,17
Carteira Própria	825.043,99	Depósitos a prazo	53.646.692,91
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	41.780.361,05	Outros Depósitos	5.692,36
Central Financeira - COOPERAT	41.780.361,05	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	Recursos em Trânsito de Terceiros	-
Numerário em Trânsito	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.144.186,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	54.476.222,26	Cobrança e Arrecad. Tributos	1.923,42
Operações de Crédito	55.030.986,58	Sociais e Estatutárias	9.267.877,49
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(554.764,32)	Fiscais e Previdenciárias	167.375,87
OUTROS CRÉDITOS	3.802.272,52	Diversas	3.707.009,60
OUTROS VALORES E BENS	1.383,92	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.132.110,72
PERMANENTE	5.629.778,30	Capital de Domiciliados no País	27.494.904,87
INVESTIMENTOS	2.564.570,03	Reservas de Lucros	5.834.007,23
Partic. Colig. e Control. no País	2.564.570,03	Sobras ou Perdas Acumuladas	5.803.198,62
IMOBILIZADO DE USO	3.045.986,91	TOTAL DO PASSIVO	107.613.175,54
Imóveis de Uso	3.687.372,06	Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2009. Dilson José de Resende - Diretor Presidente Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo José Francisco Coelho - CRC - 23.654 MG	
Outras Imobilizações de Uso	2.364.837,84		
(Depreciações Acumuladas)	(3.006.222,99)		
INTANGÍVEL	19.221,36		
Sistema de Processamentos de Dados	119.027,42		
(Amortização Acumulada)	(99.806,06)		
TOTAL DO ATIVO	107.613.175,54		

BALANCETE PATRIMONIAL PRESTAÇÃO DE CONTAS (JANEIRO DE 2010)

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE	100.673.459,34	PASSIVO CIRCULANTE	66.415.986,15
DISPONIBILIDADES	1.370.044,42	DEPÓSITOS	53.112.303,16
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	826.792,76	Depósitos à vista	1.291.616,37
Carteira Própria	826.792,76	Depósitos a prazo	51.815.257,55
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39.034.626,16	Outros Depósitos	5.429,24
Central Financeira - COOPERAT	39.034.626,16	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	68,10
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	Recursos em Trânsito de Terceiros	68,10
Numerário em Trânsito	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	13.303.614,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55.652.192,82	Cobrança e Arrecad. Tributos	6.485,40
Operações de Crédito	56.162.686,80	Sociais e Estatutárias	9.215.645,63
(Pov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(510.493,98)	Fiscais e Previdenciárias	443.197,28
OUTROS CRÉDITOS	3.743.634,45	Diversas	3.638.286,58
OUTROS VALORES E BENS	46.168,73	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.860.054,14
PERMANENTE	5.602.580,95	Capital de Domiciliados no País	27.511.613,81
INVESTIMENTOS	2.564.570,03	Reservas de Lucros	5.834.007,23
Partic. Colig. e Control. no País	2.564.570,03	Sobras ou Perdas Acumuladas	5.803.198,62
IMOBILIZADO DE USO	3.019.601,77	Receitas	1.581.835,54
Imóveis de Uso	3.687.372,06	(Despesas)	(870.601,06)
Outras Imobilizações de Uso	2.364.837,84	TOTAL DO PASSIVO	106.276.040,29
(Depreciações Acumuladas)	(3.032.608,13)	Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2010. Dilson José de Resende - Diretor Presidente Antônio de Ávila e Silva - Diretor Financeiro Álvaro César Cunha - Diretor Administrativo José Francisco Coelho - CRC - 23.654 MG	
INTANGÍVEL	18.409,15		
Sistema de Processamentos de Dados	119.027,42		
(Amortização Acumulada)	(100.618,27)		
TOTAL DO ATIVO	106.276.040,29		



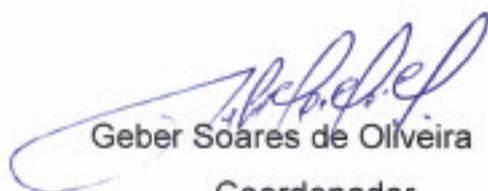
Ouvidoria da COOPSEF
0800 283 4086
www.coopsef.com.br



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de
Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício de 2009 declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2009(dois mil e nove). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2009(dois mil e nove), foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 29(vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de 2010(dois mil e dez). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.



Geber Soares de Oliveira

Coordenador



Aridelço de Souza Peixoto

Fiscal



Múcio Batista de Souza

Fiscal



José Luiz Martins de Oliveira

Fiscal Suplente

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-003
PABX: (31) 3269.5700

www.coopsef.com.br

coopsef@cdlnet.com.br

PARECER DE AUDITORIA

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA
 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS LTDA. - COOPSEF**
 Belo Horizonte - MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Cooperativa de Economia e Credito Mutuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado (sobras ou perdas), das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as notas explicativas correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Credito Mutuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2010.



[Handwritten Signature]
Rui de Assis Vasconcelos
 Contador - MG 075.505/O-3
 CNAI-1915

BALANÇO PATRIMONIAL (DEZEMBRO DE 2009)

Em Reais

	2009	2008
ATIVO	107.613.175,54	101.885.229,48
CIRCULANTE	65.544.568,28	66.105.427,64
<i>Disponibilidades</i>	1.098.113,50	582.922,56
<i>Títulos e valores mobiliários (nota 4)</i>	825.043,99	790.571,44
<i>Relações Interfinanceiras (nota 5)</i>	41.780.361,05	44.495.413,01
<i>Operações de crédito (Nota 6)</i>	21.341.465,89	19.497.431,36
Adiantamento a Depositantes	26.158,06	24.944,17
Empréstimos	21.563.829,14	19.666.406,34
(-) Provisão para crédito em liquidação	(248.521,31)	(193.919,15)
<i>Outros créditos</i>	498.199,93	739.089,27
<i>Outros valores e bens</i>	1.383,92	-
Despesas Antecipadas	1.383,92	-
NÃO CIRCULANTE	42.068.607,26	35.779.801,84
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	36.438.828,96	30.021.904,25
<i>Operações de crédito (nota 6)</i>	33.134.756,37	26.889.304,93
Empréstimos	33.440.999,38	27.156.768,49
(-) Provisão para crédito em liquidação	(306.243,01)	(267.463,56)
<i>Devedores por depósitos em garantias</i>	3.304.072,59	3.132.599,32
Interposição para riscos fiscais e trabalhistas	3.304.072,59	3.132.599,32
PERMANENTE (nota 8 e 9)	5.629.778,30	5.757.897,59
<i>Investimentos</i>	2.564.570,03	2.384.244,94
Participações de Cooperativas	1.790.728,91	1.610.403,82
Participações em Coligadas e Controladas	773.841,12	773.841,12
<i>Imobilizado de uso</i>	3.045.986,91	3.345.023,64
Imóveis de Uso	3.687.372,06	3.687.372,06
Imobilizações de Uso	2.364.837,84	2.331.380,18
Depreciação Acumulada	(3.006.222,99)	(2.673.728,60)
<i>Diferido</i>	-	28.629,01
Gastos de Organização e Expansão	-	115.439,52
Amortização Acumulada	-	(86.810,51)
<i>Intangível</i>	19.221,36	-
Outros Ativos Intangíveis	119.027,42	-
Amortização Acumulada	(99.806,06)	-

	2009	2008
PASSIVO	107.613.175,54	101.885.229,48
CIRCULANTE	65.182.349,48	63.284.986,55
DEPÓSITOS (nota 10)	55.336.878,44	53.437.094,81
Depósito à Vista	1.684.493,17	1.692.070,48
Depósitos a Prazo	53.646.692,91	51.725.801,39
Outros Depósitos	5.692,36	19.222,94
OUTRAS OBRIGAÇÕES	9.845.471,04	9.847.891,74
Cobrança Arrec. de Tributos	1.923,42	1.768,17
Sociais e Estatutárias (Nota 11)	9.267.877,49	9.302.461,23
Fiscais e Previdenciárias	167.375,87	117.188,29
Diversas	408.294,26	426.474,05
NÃO CIRCULANTE	3.298.715,34	3.132.599,32
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.298.715,34	3.132.599,32
<i>Provisões Para Riscos Fiscais (Nota 13)</i>	3.298.715,34	3.132.599,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	39.132.110,72	35.467.643,61
Cotas - País	27.494.929,87	25.347.253,55
(-) Capital a Realizar	(25,00)	(303,00)
Reserva Legal	5.834.007,23	5.133.246,77
Sobras ou Perdas Acumuladas	5.803.198,62	4.987.446,29

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Enquanto você paga contas, efetua depósito ou solicita empréstimo,
seu carro fica em segurança no estacionamento da COOPSEF.
Valorize seu tempo. Aproveite e se sirva de um cafezinho, chá ou água.
Na COOPSEF, você está em casa.

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Em Reais

	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE LUCROS					Sobras e (perdas) acumuladas	Saldo Atual
	Realizado	(-) Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reserva para Contingência	Reserva para Expansão	Reserva Espec. de Lucros		
Saldos em 30/06/2009	27.527.941,91	(193,00)	5.133.246,77					3.099.653,96	35.760.649,64
Ajuste de Exercícios Anteriores									
Integralização de Capital	648.323,52	168,00							648.491,52
Incorporação de Sobras ao Capital									-
Juros ao Capital									-
Devolução de Capital	(681.335,56)								(681.335,56)
Destinação para Capital Social (Associados Desligados)									-
Sobras ou Perdas do exercício								3.907.950,64	3.907.950,64
FATES - Atos não cooperativos								(153.265,29)	(153.265,29)
Transferência de Sobras Exercício Anterior									-
Reversão de Reservas									-
Destinação das sobras:									-
. Fundo de reserva			700.760,46					(700.760,46)	-
. Reserva de Expansão									-
. FATES								(350.380,23)	(350.380,23)
. Doações									-
. Premiação para Funcionários									-
Saldos em 31/12/2009	27.494.929,87	(25,00)	5.834.007,23	-	-	-	-	5.803.198,62	39.132.110,72
Mutações do exercício	(33.012,04)	168,00	700.760,46	-	-	-	-	2.703.544,66	3.371.461,08
Saldos em 31/12/2007	23.918.411,42	(170,00)	4.534.060,22					3.547.134,63	31.999.436,27
Ajuste de Exercícios Anteriores									
Integralização de Capital	1.508.480,78	(133,00)							1.508.347,78
Incorporação de Sobras ao Capital	3.350.874,22							(3.350.874,22)	-
Juros ao Capital									-
Devolução de Capital	(3.430.512,87)								(3.430.512,87)
Rateio de Perdas									-
Sobras ou Perdas do exercício								5.991.865,53	5.991.865,53
FATES - Atos não cooperativos								(105.639,41)	(105.639,41)
Transferência de Sobras Exercício Anterior								(196.260,41)	(196.260,41)
Reversão de Reservas									-
Destinação das sobras:									-
. Fundo de reserva			599.186,55					(599.186,55)	-
. Reserva de Expansão									-
. FATES								(299.593,28)	(299.593,28)
. Doações									-
. Premiação para Funcionários									-
Saldos em 31/12/2008	25.347.253,55	(303,00)	5.133.246,77	-	-	-	-	4.987.446,29	35.467.643,61
Mutações do exercício	1.428.842,13	(133,00)	599.186,55	-	-	-	-	1.440.311,66	3.468.207,34
Saldos em 31/12/2008	25.347.253,55	(303,00)	5.133.246,77					4.987.446,29	35.467.643,61
Ajuste de Exercícios Anteriores									
Integralização de Capital	1.315.655,76	278,00							1.315.933,76
Incorporação de Sobras ao Capital	4.888.707,69							(4.888.707,69)	-
Juros ao Capital									-
Devolução de Capital	(4.056.687,13)								(4.056.687,13)
Destinação para Capital Social (Associados Desligados)								(98.738,60)	(98.738,60)
Sobras ou Perdas do exercício								7.007.604,60	7.007.604,60
FATES - Atos não cooperativos								(153.265,29)	(153.265,29)
Transferência de Sobras Exercício Anterior									-
Reversão de Reservas									-
Destinação das sobras:									-
. Fundo de reserva			700.760,46					(700.760,46)	-
. Reserva de Expansão									-
. FATES								(350.380,23)	(350.380,23)
. Doações									-
. Premiação para Funcionários									-
Saldos em 31/12/2009	27.494.929,87	(25,00)	5.834.007,23	-	-	-	-	5.803.198,62	39.132.110,72
Mutações do exercício	2.147.676,32	278,00	700.760,46	-	-	-	-	815.752,33	3.664.467,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Exercícios findos em:		Em Reais
	2º SEMESTRE 2009	SALDO EM 31/12/2009	SALDO EM 31/12/2008
RECEITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.380.364,69	14.003.161,25	12.757.725,90
Rendas de operações de crédito	7.366.472,96	13.967.140,40	12.739.009,86
Rendas de títulos e valores mobiliários	13.891,73	36.020,85	18.716,04
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez	-	-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.479.722,82)	(5.482.630,03)	(6.311.471,32)
Operações de captação	(2.357.358,98)	(5.253.431,96)	(6.303.995,39)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(122.363,84)	(229.198,07)	(7.475,93)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.900.641,87	8.520.531,22	6.446.254,58
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.041.725,45)	(1.527.851,24)	(429.660,18)
Receitas de prestação de serviço	8.932,94	19.255,07	28.087,65
Despesas com pessoal	(1.640.058,01)	(3.202.320,99)	(3.094.929,98)
Outras despesas administrativas	(985.289,73)	(2.026.279,49)	(1.965.471,68)
Despesas Tributárias	(31.864,10)	(61.778,21)	(112.911,26)
Outras receitas operacionais	1.874.840,51	4.285.274,56	6.370.975,49
Outras despesas operacionais	(270.473,56)	(546.525,68)	(1.668.623,82)
Rendas de Tarifas Bancárias	2.186,50	4.523,50	13.213,42
RESULTADO OPERACIONAL	3.858.916,42	6.992.679,98	6.016.594,40
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	111.020,60	192.243,94	105.639,41
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.969.937,02	7.184.923,92	6.122.233,81
(-) IMPOSTO DE RENDA	(13.150,50)	(23.363,63)	(14.128,34)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(13.150,50)	(23.363,63)	(13.347,70)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(35.685,38)	(130.592,06)	(102.892,24)
SOBRA (PERDA) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.907.950,64	7.007.604,60	5.991.865,53
FATES - FUNDO DE RESERVA E OUTROS FUNDOS	(1.204.405,98)	(1.204.405,98)	(1.004.419,24)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS A DISP. DA A.G.O	2.703.544,66	5.803.198,62	4.987.446,29
QUANTIDADE DE QUOTAS DE CAPITAL	27.494.929,87	27.494.929,87	25.347.253,55
SOBRAS OU PERDAS POR COTA DE CAPITAL (R\$)	R\$ 0,10	R\$ 0,21	R\$ 0,20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	Exercícios findos em:		Em Reais
	2º SEMESTRE - 2009	EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.934.251,64	7.054.331,86	6.019.341,57
Contas de resultado credoras	9.564.463,22	18.899.401,34	19.804.449,09
Contas de resultado devedoras	-5.630.211,58	-11.845.069,48	-13.785.107,52
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	143.904,97	298.762,68	245.760,70
(Despesas de amortização)	4.732,83	12.995,55	20.707,35
(Despesas de depreciação)	165.473,14	332.494,39	335.015,95
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	-26.301,00	-46.727,26	-27.476,04
Outros ajustes	0,00	0,00	-82.486,56
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	-182.205,90	-5.992.447,42	-2.699.936,03
Títulos e valores mobiliários	384.356,08	-34.472,55	-561.619,79
Relações interdependências	-283,52	0,00	-4.152,46
Operações de crédito	-1.333.987,62	-8.089.485,97	-2.603.261,44
Outros créditos	-114.063,49	69.416,07	-1.469.862,91
Outros valores e bens	52.414,06	-1.383,92	0,00
Depósitos	700.826,05	1.899.783,63	541.004,03
Outras obrigações	128.532,54	163.695,32	1.397.956,54
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.895.950,71	1.360.647,12	3.565.166,24
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de imobilizado de uso	0,00	0,00	2.478,68
Aquisição de investimentos	0,00	-180.325,09	-567.001,99
Aquisição de imobilizado de uso	0,00	-33.457,66	-72.936,14
Aplicação no diferido	0,00	0,00	-193.666,91
Aplicação no Ativo Intangível	-3.587,90	-3.587,90	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00	357.871,38
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.587,90	-217.370,65	-473.254,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital Social	648.491,52	1.315.933,76	1.508.347,78
Redução de Capital Social	-681.335,56	-4.056.687,13	-3.430.512,87
Constituição do Exercício - FATES	-503.645,52	-503.645,52	-405.232,69
Outros ajustes	0,00	-98.738,60	-196.260,41
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-536.489,56	-3.343.137,49	-2.523.658,19
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	3.355.873,25	-2.199.861,02	568.253,07
Varição Líquida das disponibilidades	3.355.873,25	-2.199.861,02	568.253,07
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	437.851,43	582.922,56	791.442,06
Centralização Financeira - Cooperativas	39.084.749,87	44.495.413,01	43.718.640,44
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.098.113,50	1.098.113,50	582.922,56
Centralização Financeira - Cooperativas	41.780.361,05	41.780.361,05	44.495.413,01

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 - (Em reais)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de MG Ltda – COOPSEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/04/198, filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente do SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil.

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de MG Ltda – COOPSEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71, normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 31/12/2009.

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Alteração da Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, em 12 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória nº 449, que recentemente foi convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009. Ambos normativos legais alteraram significativamente a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, para os exercícios sociais encerrados após 31.12.2007. Segundo a nova legislação, a emissão de normativos contábeis pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para as companhias bra-sileiras deverá ser feita em consonância com os padrões internacionais.

Parcela das principais alterações promovidas pela Lei já são ado-tadas pela Cooperativa, em decorrência dos normativos editados pelo BACEN, CFC entre outros.

Espera-se que outras alterações ou previsões legais sejam objeto de regulamentação por parte do BACEN, no decorrer de 2010, considerando a abrangência de cada órgão regulador.

No momento, a Cooperativa está promovendo estudos, avaliações e determinados ajustes decorrentes dos impactos dessa nova Lei, inclusive com apoio das entidades representativas dos setores. Dentre as principais alterações promovidas pela Lei, destacamos:

- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Reclassificação do ativo em dois grandes grupos conforme determinação dos art. 178, 179 e 180, o Ativo Circulante e Ativo não Circulante. No Ativo não Circulante passou a contemplar uma nova estrutura composta pelos subgrupos: Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e In-tangível;
- O subgrupo "Intangível" inclui, formalmente, os direitos que tenham por objeto os bens incorpóre-os, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o goodwill adquirido;
- O ativo imobilizado passa a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade;
- O ativo diferido deixa de existir, porém como consta na própria legislação, o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 no ativo diferido que, pela sua natureza, não puder ser alocado a outro grupo de contas, poderá permanecer no ativo sob essa classificação até sua completa amortização;
- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados nos subgrupos, investimentos, imobilizado e intangível;
- O grupo Resultado de Exercícios Futuros deixa de existir;

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

b) Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos índices pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução 2.682 do BACEN, que determina a classificação das operações por nível de risco.

c) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d) Investimentos

Os investimentos são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado não operacional.

f) Provisão para riscos tributários e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

▶ segue

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

h) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

O ingresso de operações com títulos e valores mobiliários é reconhecido em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que esse ingresso será apropriado à cooperativa.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de MG Ltda – COOPSEF estavam assim compostas:

Descrição	2009	2008
Títulos de Renda Fixa		
Cotas em Fundos de Investimentos	R\$ 825.043,99	R\$ 790.571,44
(-) Provisão p/ Desvalorização de Títulos Livres		
Total	R\$ 825.043,99	R\$ 790.571,44

5. Relações interfinanceiras

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do SICOOB CENTRAL CECREMG, conforme determinado no artigo 33º da Resolução CMN nº 3.442.

6. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	Cheque Especial	Adiantamento a Depositante	Total em 2009	Provisões 2009	Total em 2008	Provisões 2008
AA Normal	-	-	-	-	-	-	-
A 0,50% Normal	50.138.212,74	2.500.358,73	-	52.638.571,47	263.192,86	44.306.798,03	221.533,99
A 0,50% Vendidas	-	-	12.457,25	12.457,25	62,29	-	-
B 1% Normal	269.516,26	129.303,07	-	398.819,33	3.988,19	578.393,61	5.783,94
B 1% Vendidas	558.771,34	-	1.056,55	559.827,89	5.598,28	872.310,57	8.723,11
C 3% Normal	102.675,06	231.148,84	-	333.823,90	10.014,72	24.653,86	739,62
C 3% Vendidas	382.808,35	-	6.424,49	389.232,84	11.676,99	473.803,35	14.214,10
D 10% Normal	-	73.578,66	-	73.578,66	7.357,87	-	-
D 10% Vendidas	197.899,36	-	3.534,02	201.433,38	20.143,34	279.268,35	27.926,84
E 30% Normal	-	8.974,56	-	8.974,56	2.692,37	8.846,89	2.654,07
E 30% Vendidas	160.076,87	-	650,64	160.727,51	48.218,25	104.964,33	31.489,30
F 50% Normal	8.870,25	30.373,29	-	39.243,54	19.621,77	-	-
F 50% Vendidas	96.379,39	-	919,89	97.299,28	48.649,64	88.096,38	44.048,19
G 70% Normal	-	11.304,47	-	11.304,47	7.913,13	-	-
G 70% Vendidas	-	-	192,83	192,83	134,98	22.380,40	15.666,25
H 100% Normal	-	21.991,01	-	21.991,01	21.991,01	7.344,77	7.344,77
H 100% Vendidas	82.586,27	-	922,39	83.508,66	83.508,66	81.258,50	81.258,50
Total Normal	50.519.274,31	3.007.032,63	-	53.526.306,94	336.771,91	44.926.037,16	238.056,39
Total Vencido	1.478.521,58	-	26.158,06	1.504.679,64	217.992,42	1.922.081,88	223.326,29
Total Geral	51.997.795,89	3.007.032,63	26.158,06	55.030.986,58	554.764,33	46.848.119,04	461.382,68
Provisões	476.562,53	75.870,31	2.331,48	554.764,32	-	461.382,68	-
Total Líquido	51.521.233,36	2.931.162,32	23.826,56	54.476.222,26	-	46.386.736,36	-

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vencidas (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.232.433,44	12.366.047,98	33.440.999,27	52.039.480,69
Total	6.232.433,44	12.366.047,98	33.440.999,27	52.039.480,69

Obs.: Não inclui Cheque Especial e CG.

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

Descrição	2009	2008
Saldo Inicial	461.382,71	662.847,11
Constituições/Reversões no Exercício	220.535,75	367,16
Transferência/Reversões para Prejuízo no Exercício	127.154,14	201.831,56
Total	554.764,32	461.382,71

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	2009	% Carteira Total	2008	% Carteira Total
Maior Devedor	266.697,33	0,48%	211.342,60	0,48%
10 Maiores Devedores	1.856.453,30	3,37%	1.498.100,98	3,40%
50 Maiores Devedores	6.842.088,42	12,43%	5.451.202,20	12,37%

▶ segue

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, baixadas e recuperados

Descrição	2009	2008
Saldo Inicial – Dezembro de 2009/2008	2.610.083,95	2.610.083,95
Valor das operações transferidas no período	127.154,14	827.214,72
Valor das operações recuperadas no período	(163.292,12)	(832.062,55)
Total	2.569.098,14	2.605.236,12

7. Outros créditos

Valores referentes as importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente, conforme demonstrado:

Descrição	2009	2008
Rendas a Receber	290.517,26	488.384,80
Devedores por Depósito e Garantia	3.304.072,59	3.132.599,32
Títulos e Créditos a Receber	308,41	10,00
Devedores Diversos	870,49	75.832,83
Diversos	206.503,77	174.861,64
Total	3.802.272,52	3.871.688,59

8. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuados pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE e aquisição de ações do BANCOOB e outros investimentos, conforme demonstrado:

Descrição	2009	2008
Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE	1.790.728,91	1.610.403,82
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	773.841,12	773.841,12
Total	2.564.570,03	2.384.244,94

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	2009	2008
Terrenos	-	R\$ 583.120,92	R\$ 583.120,92
Edificações	4%	R\$ 3.104.251,14	R\$ 3.104.251,14
Móveis e Equipamentos	10%	R\$ 949.372,13	R\$ 946.888,13
Instalações	10%	R\$ 969.783,93	R\$ 960.054,03
Sistema de Processamento de Dados	20%	R\$ 445.681,78	R\$ 424.438,02
Total		R\$ 6.052.209,90	R\$ 6.018.752,24
Depreciação acumulada		R\$ 3.006.222,99	R\$ 2.673.728,60
Total		R\$ 3.045.986,91	R\$ 3.345.023,64

10. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Os depósitos, até o limite de R\$ 60.000,00, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor Sicoob, o qual é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas participantes do Sistema SICOOB, regido por regulamento próprio.

11. Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias

Descrição	2009	2008
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.	5.627.808,78	5.297.824,73
Fundo de Integração Social	2.586.201,95	3.250.198,24
Fundo Especial	469.623,43	754.438,26
Fundo de Compensação Rotativo	500.000,00	0,00
Cotas de capital a pagar	84.243,33	0,00
Total	9.267.877,49	9.302.461,23

O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperados e 5% das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

O Fundo Especial é destinado ao auxílio de familiares dos associados da COOPSEF falecidos. Dispõe a disciplina dos valores de indenização do Auxílio Funeral e compensação dos respectivos débitos contratados dos associados falecidos pelas indenizações relativas aos sinistros (Seguro Prestamista). O Fundo Especial conta com uma reserva para aporte acumulada recebendo suprimento de crédito em todas as operações de crédito da COOPSEF, com exceção das acobertadas pelo FCR – Fundo de Compensação Rotativo com seus associados, e exceto também para os casos específicos de liberação de crédito prevista no nosso Regimento Interno / Manual da Política de Crédito e Avaliação dos Riscos. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do COSIF.

O FIS – Fundo de Integração Social é destinado a atividades recreativas, sociais, promocionais e parcerias educacionais de caráter objetivo, correlacionadas com os programas sociais da Cooperativa de forma direta aos seus associados, familiares e parcerias, que não são acobertadas pelo FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. A formação de seus recursos se dará através de verbas destinadas em A.G.O. e ou A.G.E. A classificação desses valores em conta de passivo e segue determinação do plano de contas do COSIF.

O FCR - Fundo de Compensação Rotativo é destinado a cobertura de concessão de crédito aos associados que não se enquadram no Seguro Prestamista e que preencham as condições conforme determinação do Regulamento do FCR. A classificação desses valores em conta de passivo e segue determinação do plano de contas do COSIF.

12. Outras obrigações - Diversas

Descrição	2009	2008
CHEQUES ADMINISTRATIVOS	R\$ 157.838,44	R\$ 73.615,80
OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS	R\$ 1.195,99	R\$ 0,00
PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR	R\$ 192.272,06	R\$ 266.791,97
CREDORES DIVERSOS - PAIS	R\$ 56.987,77	R\$ 86.066,28
Total	408.294,26	426.474,05

(a) referem-se a cheques emitidos pela cooperativa e ainda não compensados

13. Outras obrigações - Provisões para riscos tributários

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	2009	2008
PIS e COFINS	3.298.715,34	3.132.599,32
Total	3.298.715,34	3.132.599,32

PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia.

14. Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/07, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. A adoção desta norma, para os bens de maior valor e relevância, após inventário físico e análise dos indicadores de desvalorização, não produziu efeitos sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2009.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma não produziu efeitos sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2009.

15. Instrumentos financeiros

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de MG Ltda – COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	2009	2008
Sobras /lucro líquido do exercício	7.007.604,60	5.991.865,53
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(700.760,46)	(599.186,55)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(350.380,23)	(299.593,28)
Lucro líquido decorrente de Resultado não Operacional - apropriado ao FATES – Atos não Cooperativos	(153.265,29)	(105.639,41)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	5.803.198,62	4.987.446,29

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

Destinação do Resultado - as sobras líquidas de cada exercício, após a constituição do Fundo de Reserva e do Fates, ficam submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2009	2008
Receita de Atos não cooperativos	58.179,90	42.499,57
Despesas específicas de atos não cooperativos	(13.415,10)	(11.227,18)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(37.016,18)	(29.487,30)
Resultado de Atos não Cooperativos	(7.748,62)	1.785,09
Resultado não Operacional	192.243,94	105.639,41
Sobra antes do imposto de renda e da contribuição social	199.992,56	107.424,50
(-) IRPJ / CSLL	(46.727,26)	(27.475,32)
Resultado de atos não cooperativos	153.265,30	79.989,18

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. Nos termos do art. 31, §2º da Resolução 3.442/2007, do Conselho Monetário Nacional, a concessão de créditos e a prestação de garantias a membros de órgãos estatutários devem observar critérios idênticos aos utilizados para os demais associados.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2009:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 687.025,94	1,3213%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$ 242.695,96	0,4524%

▶ segue

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2009:

OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO 31/12/09			
Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	R\$ 35.653,75	R\$ 176,31	1,1857%
Empréstimo	R\$ 165.243,79	826,22	0,3178%

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/09		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
R\$ 242.695,96	0,4524%	0,83%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Cheque Especial Limite até R\$ 15.000,00	2,9 %	2,9%
Empréstimos Limite até (10% do PLA)	1.77% a 2.3%	1.77% a 2.3%
Aplicação Financeira (especificar) Até R\$ 10.000,00	100% CDI	100% CDI

Percentual em Relação à Carteira Geral – Movimentação 2009	
Conta Corrente (ad. a depositantes, cheque especial e CG)	1,1857%
Empréstimos e Financiamentos	0,3178%
Aplicações Financeiras	0,4524%

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2009	
Honorários	R\$ 260.050,61

19. Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE

Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE o monitoramento, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

As demonstrações financeiras do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2009, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer datado de 31 de agosto de 2009, sem ressalvas. A auditoria de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 está em andamento.

20. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2009, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores da cooperativa.

Dilson José de Resende
Diretor Presidente

Antônio de Ávila e Silva
Diretor Financeiro

José Francisco Coelho
Contador
CRC - MG. 023.654-6

Cheque Especial na COOPSEF tem taxa de juro de apenas 2,9% ao mês, a menor do mercado. A liberação do Cheque Especial depende da abertura de conta corrente e da análise de crédito do associado.



Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. - COOPSEF

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2009 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2009 Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF completou 29 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2009, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF obteve Sobras líquidas do exercício de R\$7.007.604,60 representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 17,91%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 41.780.361,05. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 55.030.986,58.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/09 o percentual de 5,82% da carteira, no montante de R\$ 3.206.984,43.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 55.336.878,44, apresentaram uma evolução em relação ao exercício anterior de 3,55%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 1.684.493,17	3,04%
Depósitos a Prazo	R\$ 53.646.692,91	96,95%
Outros Depósitos	R\$ 5.692,36	0,01%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/09 o percentual de 17,90% da captação, no montante de R\$ 9.907.663,31.

5. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF em 31-12-2008 era de R\$ 35.467.643,61 O quadro de associados era composto por 6.543 Cooperados, havendo um acréscimo de 10,33% em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Central Cecemge adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº. 2.682, havendo uma concentração de 98,18% nos níveis de "A a C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. Já o Conselho Fiscal averigua se a Administração está sendo executada conforme as normas e se todas as ações estão respaldadas em documentos legais.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionado diretamente pelo SICOOB Central Cecemge, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota inúmeras ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Operações de Crédito (MOC), disponibilizado pela confederação SICOOB BRASIL e aprovado pelo Conselho de Administração desta Cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais e está atenta para a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Gerenciamento de Riscos

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno para os seus associados.

a) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF foi concebida em linha com o estabelecido pela resolução CMN 3.380/06, tendo por objetivo minimizar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos e, é composta pelo Conselho de administração, por uma Diretoria Executiva, pelo Agente de controle interno de risco – ACI e pelo Monitor de controle interno de risco.

Presentemente o principal instrumento de avaliação do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF é o software específico denominado Sistema de Verificação de Conformidade – SVC.

A fiscalização da gestão do risco operacional é efetuada pela auditoria do Sicoob Central Cecemge.

A estrutura completa para gerenciamento do risco operacional da Cooperativa, está disponível, para acesso público, nos seguintes endereços eletrônicos: www.cecemge.org.br

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco operacional da cooperativa é o Sistema de Controle Interno e Risco – SCIR, integrante do Manual de Controle Interno – MCI.

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco Operacional – MRRO.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco operacional					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento, ao Agente de Controle Interno e de Risco, das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o Agente e o Conselho de Administração.		•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do Agente de Controle Interno e de Risco, comunicação, ao Conselho de Administração, de incorreções na execução do gerenciamento de risco operacional.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

• 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e de Risco • 4 – Monitor de Controle Interno e de Risco • 5 – Área de Auditoria da Cooperativa Central de Crédito Central.

b) Risco de Mercado

A alta administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF buscando atender as melhores

práticas de gestão de risco de mercado e também as determinações da Resolução CMN 3.464/07 e a circular 3.354/07, definiu a estrutura organizacional requerida para sua implementação que é formada pelo Conselho de administração, pela Diretoria Executiva, pelo Agente de controle interno e de risco e pelo Monitor de controle interno de risco.

O principal sistema informatizado para avaliação do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais Ltda. – COOPSEF é o software denominado Mitra – Risco e Basileia II, fornecido pela empresa Luz Engenharia Financeira Ltda, em fase de implantação.

O acompanhamento das atividades do gerenciamento do risco de mercado será efetuado pelo Sicoob Central Cecemge.

A estrutura completa para gerenciamento do risco de mercado da cooperativa está disponível

para acesso público, no seguinte endereço eletrônico: www.cecemge.org.br.

O instrumento principal por meio do qual é avaliado o risco de mercado da cooperativa é o Sistema Mitra – Risco e Basileia II, fornecido pela empresa Luz Engenharia Financeira Ltda. (em implantação).

A estrutura, o gerenciamento e a execução da política de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão contidos no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado – MRM.

As responsabilidades de cada órgão que compõe a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da cooperativa estão demonstradas na seqüência:

Atividades	Responsabilidade				
	1	2	3	4	5
Política de gerenciamento do risco de mercado					
Definição, aprovação, instituição, atualização, revisão e disseminação da política, estabelecimento de responsabilidades, análise de relatórios, atuação para correção de deficiências, comunicação eficaz.	•	•			
Provimento - ao agente de Controle Interno e de Risco - das condições adequadas de atuação, adoção de providências para mitigar o risco relacionado com as áreas da estrutura organizacional subordinada, interação tempestiva com o agente e o Conselho de Administração.	•	•			
Elaboração da proposta; proposição de revisão e execução da política; identificação, avaliação e monitoramento do risco; documentação e armazenamento de informações sobre o risco; elaboração de relatórios para o Conselho de Administração; sugestões de atualizações da política; e avaliação do cumprimento de normativos aplicáveis.			•		
Monitoramento das ações do agente, comunicação - ao Conselho de Administração - de incorreções na execução do gerenciamento de risco de mercado.				•	
Execução de testes de avaliação da política.					•

• 1 – Conselho de Administração • 2 – Diretoria-Executiva • 3 – Agente de Controle Interno e de Risco • 4 – Monitor de Controle Interno e de Risco • 5 – Área de Auditoria da Central.

8. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 e disponibilizada para acesso em janeiro de 2008, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria.

Além de contribuir para assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, a Ouvidoria também atua como canal de comunicação com os nossos

associados e com os integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte - MG 21 de Janeiro de 2010.

Conselho de Administração e Diretoria

Dilson José de Resende
 Álvaro Cesar Cunha
 Antonio de Avila e Silva
 Celmar Silveira
 João Feliciano Nunes
 Mauro Ernani Nascimento
 Rita da Penha Ventrin Gloria Leal
 Geraldo Magela Cotta
 Oscar Dias da Silva

Av. Brasil, 1660 – Funcionários – Belo Horizonte – MG – CEP 30.140-003

PABX: (31) 3269.5700

www.coopsef.com.br

coopsef@coopsef.com.br

Cadastro atualizado a cada doze meses

Por determinação do Banco Central, o associado tem que atualizar seu cadastro na Cooperativa a cada doze meses. Uma forma fácil de lembrar é ter a sua data de aniversário como referência. Atualize seu cadastro, enviando para a COOPSEF ou representação regional um comprovante de água, luz, telefone ou contrato do imóvel, se alugado.

JORNAL DA COOPSEF



Remetente:
 Coopsef - Av. Brasil, 1660 • Funcionários
 30140-003 • Belo Horizonte • MG
 Telefax: (31) 3269.5700

Impresso Especial

CONT. Nº 9912211389
 ECT/DR/MG
 Coopsef

---CORREIOS---



**IMPRESSO FECHADO
 PODE SER ABERTO PELA ECT**